

POLÍTICA

SEGUNDO A BÍBLIA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Angélica Ilacqua CRB-8/7057)

Grudem, Wayne

Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer / Wayne Grudem; tradução de Susana Klassen. — São Paulo: Vida Nova, 2014.
192 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-275-0584-0

Título original: Politics According to the Bible: A Comprehensive Resource for Understanding Modern Political Issues in Light Scripture

1. Política na Bíblia 2. Religião e política Título II. Klassen, Susana

14-0344

CDD-261.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Religião e política

WAYNE GRUDEM

POLÍTICA SEGUNDO A BÍBLIA

*Princípios que todo cristão
deve conhecer*

Tradução
SUSANA KLASSEN


VIDA NOVA

Copyright ©2010 Wayne A. Grudem

Título original: Politics According to the Bible: A Comprehensive Resource for Understanding Modern Political Issues in Light of Scripture

Traduzido a partir da primeira edição publicada pela Zondervan, Grande Rapids, Michigan 49530, EUA.

1.ª edição: 2014

Publicado no Brasil com a devida autorização
e com todos os direitos reservados por

SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA,

Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970

www.vidanova.com.br | e-mail: vidanova@vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados etc.), a não ser em citações breves com indicação de fonte.

ISBN 978-85-275-0584-0

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

SUPERVISÃO EDITORIAL E EDIÇÃO DE TEXTO

Marisa K.A. de Siqueira Lopes

COPIDESQUE

Rosa M. Ferreira

REVISÃO DE PROVAS

Fernando Mauro S. Pires

Gustavo N. Bonifácio

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

REVISÃO GRÁFICA

Ubevaldo G. Sampaio

DIAGRAMAÇÃO

Luciana Di Iorio

IMAGEM DA CAPA

StockBrasil

Todas as citações bíblicas, salvo indicação contrária, foram extraídas da versão Almeida Século 21, publicada no Brasil com todos os direitos reservados por Sociedade Religiosa Edições Vida Nova.

Este livro é dedicado às três pessoas que mais me incentivaram a escrevê-lo, cuja vida exemplifica as questões das quais trato nestas páginas: Alan Sears, presidente do Alliance Defense Fund, e Ben Bull, vice-presidente executivo do Alliance Defense Fund, os primeiros a sugerir que eu escrevesse este texto, e Cathi Herrod, presidente do Center for Arizona Policy, que me incentivou com muitas ideias e oportunidades de apresentar e promover este material ao vivo, para diversos públicos.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio.....	15
Introdução	21
1. Cinco visões equivocadas a respeito de cristianismo e governo	25
2. Uma solução melhor: influência cristã expressiva sobre o governo.....	77
3. Princípios bíblicos a respeito do governo	109
4. Uma cosmovisão bíblica.....	169
Conclusão	181

APRESENTAÇÃO

O reino de Deus e o governo civil

Pode causar estranheza o fato de um importante teólogo batista, autor de obras populares na área de Teologia Sistemática e Novo Testamento, escrever livros sobre temas tão mundanos e polêmicos como economia ou mesmo política.¹ Especialmente por vir de uma tradição evangélica que afirma a separação entre Igreja e Estado de forma marcante.

Ainda que possa parecer novidade para alguns o fato de teólogos evangélicos escreverem sobre questões políticas, o leitor deve ter em mente que, desde suas origens, a tradição evangélica tem tratado com máxima seriedade o ensino bíblico sobre o poder civil e as tensões envolvidas entre as esferas da Igreja e do Estado ou entre as duas cidadanias do cristão.

Martinho Lutero foi o primeiro dos reformadores a tratar do assunto, em sua obra *Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência* (1523). Foi seguido por João Calvino, que abordou a matéria nas *Institutas da Religião Cristã* (1559), ao tratar “da administração

¹Wayne Grudem também escreveu uma introdução sobre a fé cristã e economia: *Negócios para a glória de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006).

política” (IV.XX). O mais surpreendente é que quase todos os reformadores articularam uma teologia do Estado e várias obras foram lançadas em rápida sucessão nessa época: *De Regno Christi* [O reino de Cristo] (1551), de Martin Bucer; *A Short Treatise of Political Power* [Um breve tratado do poder político] (1556), de John Ponet; *How Superior Powers Ought to Be Obeyed of Their Subjects; and Wherein They May Lawfully by God's Word Be Disobeyed and Resisted* [Como poderes superiores devem ser obedecidos por seus súditos; e em que ponto eles podem legitimamente, segundo a Palavra de Deus, ser desobedecidos e resistidos] (1558), de Christopher Goodman; *Franco-Gallia, Or, An Account of the Ancient Free State of France, and Most Other Parts of Europe, Before the Loss of their Liberties* [Francogália ou Um relato do antigo Estado livre da França e a maioria das outras partes da Europa, antes da perda de sua liberdade] (1573), de Francois Hotman; *De Jure Magistrum* [Do direito dos magistrados] (1574), de Theodore Beza; *De Jure Regni Apud Scotos* [Os poderes da Coroa da Escócia] (1579), de George Buchanan; e o influente tratado anônimo *Vindiciae Contra Tyrannos* [Defesas (da liberdade) contra tiranos] (1579), atribuído por muitos a Philippe de Mornay. E no período pós-reforma foram escritas duas obras influentes: *Lex Rex* [A lei é o rei] (1644), de Samuel Rutherford, e *Política* (1603), de Johannes Althusius, que tem “a distinção de ser uma das contribuições centrais para o pensamento político ocidental”.²

O movimento de reforma não foi, portanto, somente um movimento de redescoberta do evangelho, como revelado nas Escrituras

²Frederick S. Carney, “Introdução do tradutor da edição americana: o interesse renovado na teoria política de Althusius”, em Johannes Althusius, *Política* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2003), p. 9. O pensamento de vários desses autores é resumido em Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), p. 465-626 e Franklin Ferreira e Alan Myatt, *Teologia Sistemática* (São Paulo: Vida Nova, 2007), p. 919-32, 988-95. Para uma teoria política com base nesses autores, cf. Franklin Ferreira, *Curso Vida Nova de Teologia Básica: Teologia Sistemática* (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 210-18. Cf. também David Hall, *The Genevan Reformation and the American Founding* (Lanham, MD: Lexington, 2005), p. 161-2.

Sagradas, que visou renovar a igreja. Foi também um amplo movimento de reordenação da sociedade, à luz da revelação de Deus em sua Palavra. Como escreveu Daniel Elazar, “a estrada para a democracia moderna começou com a Reforma Protestante no século XVI, em especial entre aqueles expoentes protestantes reformistas que desenvolveram uma teologia política que remeteu o Ocidente de volta aos caminhos do autogoverno popular, com ênfase na liberdade e igualdade”.³ Desse modo, contrariando muito do pensamento secular, o que se descobre nessas obras é que a verdadeira origem do contrato social, garantidor das liberdades fundamentais do ser humano, encontra-se na Reforma Protestante e, em última análise, na mensagem evangélica oferecida nas Escrituras e confiada à igreja.

Em resposta ao movimento revolucionário francês, Abraham Kuyper, em sua obra *Calvinismo* (1898), ofereceu importantes percepções sobre a noção que passou a ser conhecida como “soberania das esferas”, a qual se tornou uma salvaguarda para a separação entre a Igreja, o Estado e a família. Mais recentemente, vários teólogos elaboraram respostas às tensões decorrentes da ascensão dos regimes totalitários na Europa e de um mundo polarizado pela Guerra Fria. Em razão dos conflitos da igreja evangélica alemã com o nazismo, Karl Barth publicou obras tais como *O primeiro mandamento como existência teológica* (1933), *Existência teológica hoje* (1933), *Revelação, igreja e teologia* (1934) e *Comunidade cristã e comunidade civil* (1946).⁴ Emil Brunner, com *Justice and the Social Order* [Justiça e a ordem social] (1943) e, especialmente, Reinhold Nieburh, em *Christianity and Power Politics* [Cristianismo e política de poder] (1940), *The Children of Light and the Children of Darkness* [Filhos da luz e filhos das trevas] (1944) e *Christian Realism and Political Problems* [Realismo cristão e problemas políticos] (1953), foram extremamente influentes no mundo

³Daniel J. Elazar, “Grande projeto de Althusius para uma comunidade federal”, em Johannes Althusius, *Política*, p. 47.

⁴Para o contexto dessas obras de Karl Barth, cf. Franklin Ferreira, “A Igreja Confessional Alemã e a ‘Disputa pela Igreja’ (1933-1937)”, em: *Fides Reformata* (2010), v. 15, p. 9-36.

anglo-saxão, em especial por suas críticas ao totalitarismo socialista. E a obra *Um manifesto cristão* (1982), de Francis Schaeffer, foi uma tentativa de oferecer um caminho bíblico “em face de poderes civis e eclesiais opressores e autoritários”, tratando da relação do cristão com o governo, a lei e a desobediência civil.

Então, é possível afirmar que faz parte da tradição teológica evangélica o tratamento bíblico e teológico sobre a relação da comunidade do povo de Deus com o Estado. E Edições Vida Nova contribui para essa importante tradição ao lançar no Brasil este volume sobre política, de Wayne Grudem.

São necessários alguns esclarecimentos sobre a obra que o leitor tem em mãos. Esta é uma edição parcial da obra completa, que tem cerca de 600 páginas. Por que então publicar uma edição parcial? Porque grande parte dos capítulos da obra original é uma resposta direta aos desafios e debates vividos pelo autor no contexto norte-americano em que vive. Muitas de suas exposições éticas, tais como os debates sobre a proteção à vida, casamento, família, economia, meio ambiente, defesa nacional, política externa, liberdade de expressão e de religião, são um esforço de responder bíblicamente aos desafios presentes naquela conjuntura. E é preciso ressaltar as diferenças significativas entre o cenário político americano e o brasileiro, assim como as diferenças agudas no ordenamento legal dos dois países, o que torna a simples tradução da obra para o público leitor de fala portuguesa muito problemática, dada a necessidade de imensas adaptações à nossa realidade, assim como de notas explicativas técnicas decorrentes. Por essa razão, Edições Vida Nova decidiu lançar a primeira parte da edição original, que trata dos fundamentos da política segundo a Bíblia, ou seja, de princípios que todo cristão deve conhecer, os quais são, portanto, extremamente relevantes para o contexto brasileiro.

Esta edição parcial deve estimular o leitor a dois desafios: primeiro, a engajar-se, com base na leitura cuidadosa do livro que tem em mãos, no debate sobre o que as Escrituras ensinam a respeito da relação do cristão com o Estado e as ramificações éticas daí decorrentes; e depois, a partir disso, trabalhar para formular respostas radicalmente bíblicas às questões levantadas, que sejam pertinentes ao

contexto brasileiro e reflitam sensibilidade à história social e política nacional, às suas normas jurídicas (Constituição e códigos legais) e ao pluralismo partidário.

Portanto, num momento crítico na história política do país e de toda a América Latina, somos convidados a examinar o que as Escrituras têm a dizer sobre nosso relacionamento com “as autoridades que existem [e] foram [...] instituídas [...] [para serem] ministros de Deus para teu bem”. Pois a autoridade legítima foi ordenada não somente para recompensar o bem, mas também para punir o mal, “porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal” (Rm13.1,4). Que este livro sirva de auxílio para todos quantos estão sendo despertados para a necessidade de oferecer direção bíblica para este assunto.

“Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei” (1Pe 2.17).

Franklin Ferreira
Diretor do Seminário Martin Bucer

PREFÁCIO

Não escrevi este livro do ponto de vista de um advogado, ou de um jornalista, ou de um político, mas do ponto de vista de um professor universitário com Ph.D. em estudos do Novo Testamento e 28 anos de experiência no ensino da Bíblia em programas de Mestrado e, ocasionalmente, de Doutorado em Divindade. Escrevi este livro porque tenho a convicção de que Deus pretendia que a Bíblia oferecesse orientação para todas as áreas da vida, inclusive no tocante ao modo como os governos devem atuar!

Apoio aqui posicionamentos políticos considerados mais “conservadores” que “liberais”.¹ Isso se deve às minhas conclusões acerca do ensino bíblico sobre o papel do governo e a uma cosmovisão bíblica (cf. capítulos 3 e 4). É importante entender que, a meu ver, esses posi-

¹O autor cita repetidamente termos políticos do contexto norte-americano, como “republicano” e “democrata”, e “conservador” e “liberal”. Note-se, porém, que “liberal” tem uma conotação diferente no contexto brasileiro. Enquanto no Brasil o *liberalismo* está associado à defesa de eleições democráticas, direitos civis, liberdade de imprensa, liberdade de religião, livre comércio, Estado mínimo e propriedade privada – próximo, portanto, do conceito de *conservador* ou *direitista*, nos EUA –, “liberal” tem sentido próximo de “esquerdista”.

cionamentos *fluíram daquilo que a Bíblia ensina* e, portanto, não foram ideias que adotei antes de verificar o ensino bíblico ou de forma independente dele. Não hesito em criticar os posicionamentos políticos do Partido Republicano nos Estados Unidos quando discordo deles (por exemplo, na questão da aprovação dos gastos descontrolados do governo e na contínua expansão do governo federal, mesmo sob a liderança de presidentes republicanos conservadores). Meu propósito central na presente obra não é ser liberal ou conservador, democrata ou republicano, mas apresentar uma cosmovisão e uma perspectiva bíblicas sobre questões de política, lei e governo.

Desejo também fazer uma observação logo de início sobre Barack Obama, presidente dos Estados Unidos na época em que escrevo. Em razão das conclusões políticas conservadoras deste texto, em vários momentos acabo tecendo críticas contra alguns dos posicionamentos políticos do presidente Obama e da atual liderança dos democratas no Congresso norte-americano. Embora discorde de vários de seus posicionamentos, considero-o um indivíduo articulado, equilibrado, dotado de grande inteligência e de oratória notavelmente persuasiva. Em minha opinião, foi extremamente positivo para os Estados Unidos que um afrodescendente tenha sido eleito para a presidência. Alegro-me de que meu país tenha conseguido superar seu histórico de discriminação racial a ponto de eleger o primeiro presidente negro. Foi um marco importante para a história norte-americana, e mesmo aqueles que não votaram nele podem e devem ser gratos por esse fato.

Quero ressaltar, porém, que nem todos os negros norte-americanos adotam as ideias políticas liberais do presidente Obama. Entre os líderes negros de linha política conservadora que alcançaram cargos elevados no governo, podemos citar o juiz da Suprema Corte Clarence Thomas, a ex-secretária de Estado Condoleezza Rice, o ex-secretário de Estado Collin Powel (que, apesar de ter apoiado Barack Obama, é republicano), o ex-secretário da educação Roderick Paige, o presidente do Comitê Nacional Republicano Michael Steel (ex-vice-governador do estado de Maryland), o ex-secretário do estado de Ohio Ken Blackwell, a juíza Janice Rogers Brown do Tribunal de Recursos do distrito de Columbia e o ex-deputado federal e presidente da

Convenção do Partido Republicano J. C. Watts Jr. Além deles, podemos citar Thomas Sowell, um dos economistas conservadores de maior influência nos Estados Unidos. Esses e muitos outros líderes nos fazem lembrar que os negros norte-americanos podem ser fortes defensores de posicionamentos políticos conservadores, e não apenas liberais. Logo, uma de minhas expectativas em relação a este livro é que muitos cristãos afrodescendentes que aceitam a Bíblia como Palavra de Deus e que apoiaram o presidente Obama em 2008 reflitam sobre meus argumentos com base na Bíblia e, quem sabe, decidam que também apoiarão as posturas conservadoras em favor das quais argumento nas páginas a seguir.

Desejo agradecer a vários amigos que me ajudaram com este livro, especialmente Craig Osten, vice-presidente da Alliance Defense Fund², o qual, com sua aptidão extraordinária para pesquisar e verificar fatos e documentos, forneceu em diversas ocasiões exatamente as informações das quais eu precisava. As contribuições de Craig enriqueceram o conteúdo de quase todos os capítulos desta obra, e creio que não teria sido possível escrevê-la sem sua excelente ajuda.

Joe Infranco, Jordan Lorence e Jeff Ventrella, também da Alliance Defense Fund, ofereceram conselhos proveitosos sobre assuntos específicos, e Jeff me convidou para apresentar parte do material em alguns eventos dessa organização. Madison Trammel contribuiu com várias ideias úteis para o manuscrito. Greg Forster leu o manuscrito e ofereceu sugestões proveitosas com base em sua experiência muito mais ampla em questões de teoria de governo e história do pensamento. John Hayward chamou minha atenção para diversos livros publicados na Grã-Bretanha sobre esses tópicos. Além disso, meus alunos da escola dominical na Scottsdale Bible Church foram um grande incentivo e corrigiram diversos erros durante as aulas que ministrei ao longo de muitos meses usando este material. Os alunos de minha turma

²Alliance Defense Fund, conhecida hoje como Alliance Defending Freedom, é uma organização cristã conservadora norte-americana que visa promover iniciativas para defender os direitos de expressão da fé cristã no âmbito público. [N. do T.]

de “Teologia bíblica aplicada a leis, política e governo”, no Phoenix Seminary, também fizeram comentários importantes.

Sharon Hoshiwara digitou grande parte do texto com rapidez e precisão, muitas vezes dentro de prazos bem curtos. Dan Julian me ajudou com as configurações do computador e com os trabalhos adicionais de pesquisa, e Joshua D. Brooks também ajudou na pesquisa. Sarah McCurley compilou uma tabela detalhada do conteúdo e ajudou como secretária de diversas maneiras e em várias ocasiões. Sean Reynolds e Joshua D. Brooks compilaram com grande atenção os índices do livro. Joshua e Alyssa Brooks trabalharam na revisão.

Expresso gratidão, ainda, ao presidente Darryl DelHousaye e aos membros do conselho do Phoenix Seminar, que permitiram gentilmente que eu lecionasse meio período, o que possibilitou a conclusão desta obra em menos tempo. Os sócios da empresa Marketplace One, em Phoenix, ofereceram um grande apoio, que aumentou de diversas maneiras minha produtividade ao escrever.

Sou profundamente grato a todos por essa ajuda e espero que todas essas pessoas entendam que desempenharam um papel essencial na produção deste livro.

Dediquei este livro às três pessoas que, pela providência de Deus, exerceram maior influência para que eu o escrevesse. Alan Sears e Ben Bull, da Alliance Defense Fund, sugeriram para mim, muitos anos atrás, a ideia de uma obra como esta. Também forneceram recursos que ajudaram em alguns aspectos da pesquisa e do trabalho editorial. Cathi Herrod, presidente do Center for Arizona Policy, incentivou-me neste projeto desde o início com sugestões criteriosas e me deu oportunidade de apresentar e promover parte deste material para diversos públicos. Não sei ao certo se esses três amigos concordam com tudo o que escrevi aqui, mas sou extremamente grato por seu incentivo ao projeto como um todo.

Acima de tudo, sou grato a Margaret, minha querida esposa há 40 anos, que me encorajou diariamente enquanto eu escrevia, trouxe refeições ao meu escritório, orou por mim com frequência, ajudou-me a não lotar demais a agenda, fez-me rir inúmeras vezes com seu maravilhoso senso de humor, trouxe alegria a meu coração repetidamente

e foi conselheira sábia e amorosa em muitas das ocasiões em que conversamos sobre meu progresso no trabalho com o texto e sobre acontecimentos da vida em geral.

Espero que os cristãos que adotam a Bíblia como guia para a vida encontrem nestas discussões uma fonte de ânimo. A meu ver, a perspectiva de Deus sobre política é alegre “boa-nova”, assim como o restante da Bíblia é boa-nova para todas as áreas da vida! Creio que os ensinamentos bíblicos a respeito de questões políticas promoverão esperança e mudanças benéficas para pessoas de todas as nações em que forem aplicados. Quando esses preceitos forem colocados em prática em uma nação, serão boa-nova para os oprimidos, para aqueles que anseiam por justiça, para aqueles que desejam paz, para jovens e velhos, fracos e poderosos, ricos e pobres. Serão boa-nova para todos os que trilharem os caminhos maravilhosos da liberdade e do governo sensato que a Bíblia ensina. O profeta Isaías elogiou o som agradável dos pés do mensageiro que vinha correndo com boas notícias do próprio Deus: “Como são belos sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz, que anuncia coisas boas, que proclama a salvação, que diz a Sião: O teu Deus reina!” (Is 52.7).

Portanto, espero que, à medida que pessoas e nações seguirem estes princípios para o governo, seja possível observar uma reversão do processo de declínio contínuo na paz, na civilidade, na liberdade e na bondade-vontade cívica que temos observado nas últimas décadas em nossas sociedades. No lugar desse declínio, veremos progresso constante rumo a sociedades melhores, mais agradáveis e produtivas e com menos criminalidade; sociedades mais livres, gentis e felizes, nas quais poderemos viver.

Tenho plena consciência de que a Bíblia não é um livro norte-americano, pois foi escrita quase 1.700 anos antes de os Estados Unidos virem a existir! Os princípios e ensinamentos da Bíblia contêm sabedoria proveitosa para *todas* as nações e para todos os governos. Portanto, procurei ter em mente que pessoas de outros países talvez leiam este livro e o considerem útil para a formulação de seus próprios posicionamentos quanto às questões políticas com que deparam em suas nações. Contudo, em meus exemplos e em minha escolha de temas

políticos, focalizo principalmente os Estados Unidos, pois é o país sobre o qual tenho mais conhecimento, do qual tenho orgulho de ser cidadão e pelo qual tenho amor profundo.

E quanto aos leitores que não acreditam que a Bíblia é de Deus ou que não têm uma opinião formada a respeito dela? Espero que reflitam sobre os argumentos deste livro e os considerem, em seus próprios méritos, úteis, talvez até mesmo persuasivos, para a formulação de suas respectivas opiniões. Mesmo que isso não aconteça, seu direito de discordar de mim ainda é de grande importância para qualquer governo que siga os princípios deste livro. Tenho convicção de que é preciso haver fortes mecanismos de proteção da liberdade religiosa em todas as nações (cf. capítulo 1) e almejo com fervor proteger a liberdade de cada pessoa de tomar decisões por si mesma a respeito de crenças religiosas, sem coerção alguma do governo. Desejo proteger o direito de outros indivíduos de discordar de mim e de expressar essa diferença de opinião publicamente em qualquer país.

Wayne Grudem, Ph.D.
Fevereiro de 2010

INTRODUÇÃO

As igrejas devem exercer alguma influência na política?

Pastores devem pregar sobre temas políticos?

Existe somente um posicionamento “cristão” em relação a questões políticas?

A Bíblia traz algum ensinamento a respeito de como as pessoas devem votar?

Em minha opinião, há algumas respostas claras para essas perguntas, mas é necessário reconhecer, desde o princípio, que dezenas de outros livros e artigos já ofereceram respostas para esses questionamentos. Nesses livros, encontramos desde afirmações de que a Bíblia apoia claramente muitos dos posicionamentos de democratas liberais até declarações de que a Bíblia apoia posicionamentos de republicanos conservadores.¹ Algumas obras argumentam que os cristãos se envolveram em demasia com atividades políticas, enquanto outro texto

¹Um livro que apoia, em sua maior parte, posicionamentos democráticos é Jim Wallis, *God's Politics: Why the Right Gets It Wrong and the Left Doesn't Get It*, New York: HarperSanFrancisco, 2005. Um livro que apoia, em sua maior parte, posicionamentos republicanos é D. James Kennedy e Jerry Newcombe, *How Would Jesus Vote? A Christian Perspective on the Issues*, Colorado Springs: Waterbrook, 2008.

importante argumenta que a Bíblia ordena que os cristãos participem ativamente da política.² Ainda outro livro de relevância considerável fornece vários exemplos reais da grande influência cristã sobre leis e governos.³ Uma obra bastante respeitada no Reino Unido propõe que as principais questões políticas sejam repensadas à luz da prioridade que a Bíblia confere aos relacionamentos pessoais.⁴

Alguns livros recentes escritos por teólogos e estudiosos da Bíblia tratam de modo mais teórico da questão das perspectivas cristãs sobre a política.⁵

Na presente obra, começarei com uma explicação de cinco pontos de vista acerca de cristianismo e política que, em minha opinião, são claramente incorretos (e prejudiciais): 1) o governo deve impor a religião; 2) o governo deve excluir a religião; 3) todos os governos são perversos

²John MacArthur, *Why Government Can't Save You: an Alternative to Political Activism*, Nashville: Word, 2000 e Cal Thomas e Ed Dobson, *Blinded by Might: Why the Religious Right Can't Save America*, Grand Rapids: Zondervan, 1999 são dois exemplos de obras que propõem muita cautela e moderação no envolvimento dos cristãos com a política (e, especificamente no caso de Thomas e Dobson, no envolvimento da igreja com a política). Em contrapartida, o livro circunspecto e desafiador de Tom Minnery, *Why You Can't Stay Silent*, Wheaton: Tyndale House, 2001, convida os cristãos a se envolverem muito mais com as questões políticas de nossa época.

³Cf. Charles W. Colson, *God and Government: an Insider's View on the Boundaries between Faith and Politics*, Grand Rapids: Zondervan, 2007; publicado anteriormente com o título *Kingdoms in Conflict*.

⁴Cf. Michael Schluter e John Ashcroft, orgs., *Jubilee Manifesto*, Leicester: Inter-Varsity Press, 2005.

⁵Vários desses livros tratam das questões teóricas mais amplas de lei e governo com muito mais critério e erudição do que sou capaz de oferecer; cf. especialmente D. A. Carson, *Christ and Culture Revisited*, Grand Rapids: Eerdmans, 2008 [Publicado no Brasil por Edições Vida Nova sob o título *Cristo e cultura: uma releitura*]; cf. também Richard Bauckham, *The Bible in Politics: How to Read the Bible Politically*, London: SPCK, 1989; Chris Green, org., *A Higher Throne: Evangelicals and Public Policy*, Nottingham: Apollos, 2008; Gordon McConville, *God and Earthly Power: an Old Testament Political Theology*, London: T. & T. Clark, 2006; Oliver O'Donovan, *The Desire of the Nations: Rediscovering the Roots of Political Theology*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996; e Nick Spencer e Jonathan Chaplin, orgs., *God and Government*, London: SPCK, 2009). Há também um livro mais antigo de Robert Culver, *Toward a Biblical View of Civil Government*, Chicago: Moody Press, 1974.